
REFLEXÕES SOBRE TRAJETÓRIAS AUTOGESTIONÁRIAS NAS FÁBRICAS RECUPERADAS.

Organização do Trabalho

Raquel Aragão Uchoa Fernandes – Universidade Federal Rural de Pernambuco; aragaouchoa@hotmail.com

Maurício Sardá de Faria-Universidade Federal da Paraíba; mausarda@yahoo.com.br

Resumo

A partir da compreensão da importância do trabalho na estruturação das identidades e do ser social, esta proposição reflete sobre o problema da autogestão da produção enquanto forma organizativa assumida por homens e mulheres e estratégia de resistência à forma de produção do capital. Com isso, pretende-se evidenciar como as fábricas recuperadas se configuram em experiências singulares e transformadoras no cotidiano de trabalho, apreendidas através das histórias individuais e coletivas, conferindo lugar especial ao saber construído pelos atores das experiências. Como proposta metodológica, o texto analisa as trajetórias de trabalhadores/as que participam dessas experiências de organização autogestionária. Enquanto síntese de pesquisas realizadas e em andamento sobre esta temática, a proposta resulta da trajetória acadêmica e profissional dos autores, situando a autogestão como processo sócio-histórico e cultural concreto e significativo na elaboração de uma narrativa sobre os mundos do trabalho.

Palavras Chaves: Trajetórias; Autogestão; Subjetividade.

1. Introdução

Nas últimas décadas um dos marcadores dos mundos do trabalho têm sido a presença constante da flexibilidade. Muito se têm produzido sobre como esta dimensão penetra nos espaços de produção e o impacto que produz no cotidiano dos/as trabalhadores/as. A conclusão destes estudos é na maior parte das vezes que a centralidade do trabalho é complexificada, no sentido de que as mudanças constantes entre diferentes segmentos produtivos dificultam uma vinculação direta entre a identidade profissional e a definição de um indivíduo em relação a sua subjetividade. Ser metalúrgico, pedreiro, pintor, pode deixar de ser um definidor de modo de vida e trabalho para ser um momento, uma circunstância, de uma trajetória muito mais ampla e incerta entre os diferentes segmentos profissionais.

De modo geral podemos afirmar que a mobilidade ocupacional está intrinsecamente associada ao desemprego, à flexibilidade e ao enxugamento ou falência de empresas como consequência de processos de reengenharia ou crise. No caso brasileiro a década de 90 se constitui como um período importante a esta análise devido a adesão do país aos ideários neoliberais com a abertura do mercado, elevado índice de desemprego e intensificação de processos de reestruturação produtiva, mas também por um processo de enfrentamento do/a

trabalhador em relação a este contexto, através das experiências das fabricas recuperadas, autogeridas a partir do chão de trabalho.

Cabe ressaltar que a autogestão esteve sempre presente no horizonte da luta de classes, nas organizações e conflitos em que os/as trabalhadores/as rompem seus grilhões, com a disciplina e a fragmentação que fundamentam as relações sociais do capital. No entanto, a aparente “novidade” de nossos tempos parece ser sua filiação mais imediata ao enfrentamento à ameaça do desemprego.

A autogestão aparece aqui enquanto meio para a análise de trajetórias e narrativas de trabalho na década de 90. Tomamo-la como uma forma de tentar explicitar a capacidade de agência do/a trabalhador/a em meio a este contexto de ataque ao trabalho e destruição das supostas lealdades existentes entre “patrão-empregado”. Concordamos que existem diferenças significativas em relação às conjunturas em que se manifesta, o que já ajuda a explicar, numa perspectiva contemporânea, o grande volume de experiências da década de 90, e a diminuição do ritmo nos anos 2000, período marcado pelos projetos de qualificação profissional e possibilidade de reinserção em diferentes mercados, onde, se por um lado, não há mais tão forte o impulso à organização pelo medo do desemprego, por outro faz desta temporada o tempo de trajetórias híbridas e fluidas no campo do trabalho.

Nádyá Guimarães (2006) ressalta que no campo de análise das trajetórias ocupacionais analisadas a partir do contexto acima tratado, há um esforço por compreender o movimento de reestruturação produtiva do mercado através de vários estudos desde a primeira metade dos anos 1990. Buscando compreender o aumento do tempo médio de procura do trabalho, intensificação do trânsito formal-informal, enxugamento sistemático de postos no mercado industrial de trabalho, movimento de re-localização setorial da força de trabalho em direção ao comércio e serviços.

Pensando em termos de história de vida, a temporalidade que marca as trajetórias ocupacionais dos indivíduos num mercado flexível, dificultam a construção de narrativas de vida lineares. Senett (2008) fala na existência de um presente flexível e fragmentado, que parece viabilizar narrativas apenas sobre o que foi, e não mais narrativas previsivas sobre o que será.

Condição que não é inaugurada na década de 90, mas em que nossa história recente têm nela o seu agravamento, por ter sido uma das mais duras vivenciadas pelos/as trabalhadores/as. Paul Singer ao falar da trajetória vivenciada pelos/as trabalhadores/as desempregados/as em São Paulo, fala de um cotidiano manifesto onde a crise do trabalho vai

além do desemprego. Têm incidência nas relações familiares e na saúde destes indivíduos. Segundo Singer (2005) o desemprego de longa permanência teria efeitos destrutivos sobre essas pessoas já que em muitos casos as famílias não conseguem aceitar que a pessoa não consiga emprego, o que demonstra que é ainda muito presente a idéia de que o desemprego é voluntário, associado à vagabundagem. Na saúde estudos indicam correlação significativa entre desemprego e alcoolismo, ou drogatição. O drama para Singer não seria, portanto o desemprego em si, mas as situações que ele cria. A exemplo da dinâmica assumida pelo mercado ao jogar nessa situação pessoas que pela sua idade apresentam dificuldades significativas de se enquadrarem no perfil exigido para a reinserção. Se entre os/as jovens o desemprego é da ordem de 40% a 50%, imaginem entre os homens e mulheres com mais de 35 anos, “porque dizem que é quando começa a diminuir para zero a possibilidade de conseguir outro emprego”. (SINGER, 2005)

De acordo com Senett (2008) no século dezenove, a preferência pela juventude era uma questão de mão-de-obra barata, pois os “meninos” e as “moças” trabalhavam por salários bem abaixo daqueles dos adultos. Hoje ainda existe a preferência pelos jovens por motivos de salário, mas outros atributos vinculam a juventude hoje, ao trabalho: a flexibilidade, a capacidade de moldar-se, a inovação, o desafio.

Por outro lado, este é um tempo de efeitos amplificados onde a juventude também o tem dificuldade de inserção pela falta de experiência e redução dos postos de trabalho, que nesta perspectiva se manifesta enquanto uma dimensão que assume tal importância na construção das identidades sociais, que a ampliação das parcelas atingidas pela condição de desemprego e o aprofundamento das relações precarizadas e informais de trabalho significam, para a força de trabalho que se vê descartada, um profundo processo de dissociação, desqualificação ou invalidação social. O trabalho não é apenas um meio de ganhar a vida, a que estão condenados todos aqueles que só dispõem dos atributos do seu corpo para negociar, mas também um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social.” (CASTEL, 1998, p.24)

Ainda que hoje se viva no país um momento de inflexão muito forte em termos dessa situação mais crítica do capitalismo, diferente do esvaziamento de possibilidades que se viveu na década de 90, não se pode afirmar que vivemos uma virada em termos de superação de todo o ataque ao trabalho vivenciado na década passada. Isto porque de um lado, o processo de criação de novos postos de trabalho têm se caracterizado dentro da perspectiva anteriormente referida por oportunidades de inserção profissional, ou de qualificação

profissional de trabalhadores para a entrada em diferentes segmentos, bem distante da perspectiva de carreira ou de identidades fundadas a partir de uma inserção mais ou menos linear no mundo do trabalho. E, de outro, porque aparentemente o processo de reestruturação produtiva nas empresas tem se mostrado sem volta, e nesta ação é colocada uma outra dimensão associada à flexibilidade de ocupação: a adaptabilidade aos diferentes processos de trabalho.

Para esta reflexão propomos uma abordagem a partir de um universo específico, o das empresas de autogestão, principalmente do segmento metalúrgico, a partir de experiências na década de 90. Este recorte tem como objetivo o amadurecimento de um processo de pesquisa que visa compreender estas experiências para além dos contornos de sua ocorrência, dando ênfase às trajetórias dos/as trabalhadores/as neste universo. A proposta é alargar a análise sobre os efeitos do ataque ao trabalho vivenciado neste período compreendendo a auto-organização como resposta, reação, agência de trabalhadores/as.

2. Aproximações do campo de análise: autogestão e histórias de trabalho

A abrangência das formas de autogestão é tão variada quanto as formas de sabotagem descritas por Pierre Dubois na obra *“La Sabotage dans l’Industrie”*¹, enquanto forma de conflito caracterizada como estrutural no interior do industrialismo e das relações sociais de produção do capital. Sejam elas realizadas com a participação ativa ou passiva do conjunto ou de um grupo de trabalhadores/as, em momentos defensivos ou ofensivos, seja praticada de maneira individual ou coletiva, espontânea ou organizada, a luz do dia ou clandestina, o fato é que, sendo o resultado de ações coletivas e necessariamente autônomas, a sabotagem assume sempre determinadas formas de organização e propiciam relações igualitárias entre os/as trabalhadores/as que se associam para pô-la em prática.

Toda ação operária pode ter dois componentes: ela visa uma transformação limitada ou total da situação vivida – é a sua característica instrumental -; ela denuncia essa mesma situação sem a mudar ou ela evoca o conteúdo de uma outra sociedade – é a sua característica expressiva. A sabotagem instrumental é portanto uma sabotagem que visa a satisfação de reivindicações limitadas e ou uma mudança do poder político da sociedade. A sabotagem expressiva não procura nenhum resultado concreto para os atores que lhe realizam mas ela exprime uma vingança contra o patronato, uma proteção contra a injustiça, uma contestação dos valores estabelecidos; ela pode também evocar isso que será o destino operário na sociedade socialista.(DUBOIS, 1976, p.61)

Dentre essas múltiplas e diversificadas experiências de resistência e luta a partir produção coletiva e autônoma dos meios de vida, encontram-se as experiências de recuperação de empresas falidas pelos/as próprios/as trabalhadores/as. Vivemos numa época

de crise histórica sem precedentes, que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo (MÉZÁROS, 2002). No Brasil, e em outros países latino-americanos, esse movimento ganha volume e espaço social ao longo da década de 1990, quando tem início um verdadeiro “tsunami” de recuperação de empresasⁱⁱ (para usar a expressão de H. Novaes, 2007a). Esses processos de autogestão iniciados em grandes unidades produtivas vem possibilitando, entre outras coisas, a revitalização do debate sobre o trabalho associado, o cooperativismo e a autogestão.

Entendemos que as formas de produção da vida material e social assumem importância decisiva na construção da identidade dos/as trabalhadores/as, das formas de consciência, das trajetórias e também da possibilidade de emancipação dos sujeitos. Esta centralidade do trabalho no contexto de uma sociedade estruturada pelo modo de produção capitalista faz com que a condição de exploração e opressão seja um elemento fundamental que permite a representação do indivíduo sobre sua condição social e o discurso construído sobre sua própria história.

Em parte como resultado de um conjunto de transformações efetivadas no mundo do trabalho, verifica-se que, desde a década de 90, a categoria trabalho tem sido questionada quanto à sua centralidade para a construção da identidade dos sujeitos sociais, em especial a identidade de classe, e como elemento estruturante das formas de sociabilidade humana no capitalismo contemporâneo. Este debate foi instaurado pelas análises de Claus Offe (1995) e André Gorz (1982) a partir dos efeitos da revolução microeletrônica e das novas formas de organização do processo de trabalho. Para esses autores, o trabalho que serviu de base para o industrialismo e o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos, pelo menos, teria sido deslocado da sua condição fundante do ser social e ultrapassado pelo processo de desploretarização do trabalho industrial, o crescimento do setor de serviços, o surgimento de novas relações e contratos de trabalho, a diversificação e heterogeneização do mundo do trabalho com a inserção maior das mulheres, o crescimento do setor informal e de modalidades de trabalho por conta própria, a domicílio etc., e a terceirização de partes do processo produtivo.

Entendemos que, embora importantes, as tendências atuais de organização do processo de trabalho e as mudanças estruturais no perfil do mercado de trabalho não significaram a perda da centralidade do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, baseada na lei do valor, onde o trabalho não é uma opção, mas uma condenação para o conjunto dos produtores

imediatos, ou *classe-que-vive-do-trabalho*, na expressão de Ricardo Antunes. Nesse sentido, concordamos com este autor quanto afirma que,

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho simplificado, quer em direção à desqualificação ou a sua subproletarização, não permitem concluir pela perda dessa centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. (ANTUNES, 1997, p.75)

Neste sentido, o problema da autogestão da produção, enquanto forma organizativa assumida por homens e mulheres como estratégia de resistência à organização da produção do capital, pode ser analisado a partir da incursão no campo da autonomia operária. De acordo com Nascimento (2007), essa aspiração emancipatória vem se manifestando historicamente de forma diferenciada, transformando pautas de luta e reivindicações do movimento operário, que vão desde as mútuas, ligas, uniões e sociedades cooperativas, até as comissões de fábrica e, mais recentemente, as fábricas recuperadas.

Em suma, quando mantida no quadro das relações informais da empresa, a autogestão é desenvolvida pelos/as trabalhadores/as para tornar efetivos os processos de trabalho, dando-lhe vida e sendo absorvida por ele. Quando se concretiza como relações sociais de resistência, as práticas e relações sociais autogestionárias colocam em questão a organização capitalista do trabalho, de exploração e opressão, podendo evoluir para formas autônomas de produção e reprodução da vida social que extrapolam os locais de produção e colocam em xeque a totalidade do sistema produtor de mercadorias.

Para o sindicalismo brasileiro, que recentemente havia se reconstituído e projetado no período da abertura política, o tema da recuperação de empresas se colocou como uma necessidade. As direções sindicais se viram diante uma luta pela tomada da empresa e sua manutenção em funcionamento pelos/as próprios/as trabalhadores/as. Para estes, não havia realmente outra alternativa, a não ser o desemprego de longa duração e o reforço da “bacia das almas”ⁱⁱⁱ.

Em pouco tempo, unidades industriais como a Peticamps/SP, Remington/RJ, FACIT/MG, Makerli Calçados/SP, Conforja/SP, CBCA/SC etc.^{iv} provocam a atuação do movimento sindical no campo da autogestão, como estratégia de resistência ao processo de exclusão social e ao desemprego provocados pela crise e os ataques ao trabalho que marcaram os anos 90.

No Brasil, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES/SENAES/MTE, 2006) indica a existência atualmente de 70 empreendimentos identificados como empresas

recuperadas, envolvendo cerca de 10 mil trabalhadores/as, a maioria cooperativas situadas nas regiões sul e sudeste, e formadas predominantemente por homens.

Esse fenômeno recente de recuperação de fábricas se desenvolve em um ambiente comum de crise nos processos de acumulação do capital, com ofensiva neoliberal e precarização das condições de trabalho e de vida. E enfrentam, nesse processo, todas as dificuldades e contradições advindas do seu desenvolvimento no interior desse modo de produção.^v

Sabe-se que quando ocorre o processo falimentar de uma empresa e, posteriormente, o seu fechamento, isso gera a desestruturação não só das unidades produtivas, mas também do seu entorno social e econômico. Nos últimos anos, muitas empresas que fecharam eram pequenas ou tinham sido abertas há pouco tempo, porém atualmente percebemos a falência de muitas outras, grandes e antigas. Nesse caso, o prejuízo ainda é maior pela perda de todo um processo de coletividade conquistado pelos trabalhadores durante os anos que trabalharam no local, além de ficarem excluídos do mercado de trabalho.

A análise dos processos de autogestão da produção a partir da experiência das fábricas recuperadas incorpora o contexto em que são processadas essas experiências, enquanto formas de reação ao desemprego e à exploração no trabalho, ao mesmo tempo em que procura observar as trajetórias ocupacionais e as novas identidades sociais que se forjam no interior de dessas formas de trabalho associado.

Sob a ótica das trajetórias ocupacionais, a década de 1970 é marcada pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, enquanto a de 1990 representa o período de intenso ajuste ocupacional.^{vi} Especificamente no caso das fábricas recuperadas, trata-se de interpretar os efeitos da autogestão no que se refere à geração de possibilidades emancipatórias no contexto atual de (re)organização do modo de produção capitalista.

Por um lado, deve-se compreender a reemergência da autogestão dos trabalhadores/as a partir da multiplicação das empresas recuperadas no contexto da acumulação flexível, de precarização e ataque aos direitos sociais do trabalho. De outro, permite avançar na compreensão destas experiências a partir das trajetórias laborais dos seus atores, para daí percebermos em que medida representa uma alternativa efetiva ao modo de produção capitalista.

3. Trajetórias recentes no Brasil

Como aproximação ao tema das trajetórias autogestionárias, cabe recuperar em suas grandes linhas alguns casos emblemáticos de como se dão as dinâmicas em torno da recuperação de empresas por trabalhadores/as.

Inicialmente, vale registrar o caso da Cooperminas, em Criciúma (SC), antiga empresa de extração de carvão mineral, a CBCA, fundada em 1917 e assumida pelos/as trabalhadores/as em 1987. Um dos casos pioneiros de conquista da empresa, seu processo se deu de maneira semelhante à quase totalidade dos casos no Brasil. Com os salários atrasados vários meses, os/as trabalhadores/as lançam-se numa luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os/as trabalhadores/as mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. Diante a inviabilidade dessa alternativa, aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas^{vii}. Destacam-se três aspectos dessa experiência: primeiro, que os/as trabalhadores/as realizaram lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. O segundo aspecto diz respeito às condições de trabalho na mina. É notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, com melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no subsolo. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com aquisição garantida pelas usinas termoelétricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Outra experiência singular é a Usina Catende, que foi fundada em 1892 e chegou a ser a maior usina de açúcar da América Latina na década de 1950, assumida pelos/as trabalhadores/as em 1995. É seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação de empresa falida em andamento no país, por tentar articular a produção no campo e na indústria, envolvendo cerca de 4 mil famílias, 20 mil pessoas, de cinco municípios da zona da mata sul de Pernambuco na produção de açúcar. (Kleiman, 2008). O projeto de recuperação destaca-se por manter a terra e todas as instalações da usina como propriedade social dos/as participantes/as do projeto, articulando a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras coletivas.

Em crise desde o final dos anos 1980, a Usina Catende chegou em situação pré-falimentar no início de 1993, quando foram demitidos/as 2.300 trabalhadores/as dos

engenhos. As demissões deflagraram a luta dos/as trabalhadores/as, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da CONTAG, CUT e CPT ajudaram na sustentação da luta para a garantia dos direitos sociais dos camponeses. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os/as trabalhadores/as assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. Em 2002, os/as agricultores/as criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, formada principalmente pelos credores da antiga empresa, dando início ao assentamento nas terras da antiga Usina. Em 2009, uma nova investida do judiciário estadual resultou na separação entre campo e usina, que teve sua sindicatura removida dos trabalhadores e entregue à grupos tradicionais do setor. Tal reversão se deve também à indefinição no governo federal sobre o destino que deveria ser dado ao Projeto Catende, o levou à paralisação do processo falimentar ou da desapropriação do parque fabril a favor dos seus trabalhadores/as.

No setor industrial urbano, experiência significativa é a da Uniforja, organismo de segundo grau na região do ABC paulista, formada por Coopertratt (tratamento térmico), Coopercon (conexões e tubos), Cooperlafe (laminados) e Cooperfor (forjados). As quatro cooperativas são provenientes da ex-Conforja, em processo falimentar desde 1997 após ter sido uma das maiores forjarias da América Latina. Após uma tentativa inicial frustrada de co-gestão, os/as trabalhadores/as receberam a ajuda do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na criação das cooperativas. Essa experiência foi fundamental na criação da UNISOL, liga ao movimento sindical cutista, que hoje representa cerca de 25 empresas recuperadas.

O exemplo para o qual além do contexto de organização e ocorrência apresentaremos as narrativas dos/as trabalhadores sobre o processo é o da FACIT, empresa de máquinas de escrever, calcular e mimeógrafos, onde o processo de autogestão iniciado em meados da década de 90 envolveu diretamente 700 trabalhadores/as.

O caso da FACIT é uma forma de explicitar, ainda que sucintamente, como estes/as homens e mulheres constroem sentido para sua ação em meio a um mercado pautado em estratégias de incorporação de empresas, nova base tecnológica pautada na informática e microeletrônica. Contexto em que os produtos da FACIT colocavam de imediato profundas dificuldades para a continuidade da produção sob o comando dos/as trabalhadores/as.

A história de luta da FACIT consiste em uma narrativa de resistência e/ou experimentação frente ao desemprego anunciado pelo novo estágio tecnológico. A paralisação dos investimentos empreendida pelo grupo Sharp, que controlava a FACIT desde os anos 80,

demonstrou o desinteresse por parte do grupo em continuar investindo na linha de produção localizada em Juiz de Fora/MG. O objetivo da Sharp era investir na planta de Manaus para a produção de máquinas eletrônicas e computadores, e se desvencilhar da ameaça de obsolescência anunciada das mercadorias produzidas pela FACIT. Também neste caso, o papel do sindicato foi determinante na sustentação da luta e do emprego dos/as trabalhadores/as.

Nas narrativas construídas por alguns/as dos/as trabalhadores/as que vivenciaram este momento, entram elementos que são mais sutis do que o anúncio da venda da fábrica pela Sharp e a próxima efetivação do desemprego, as falas referem-se a ruptura na relação de lealdade da instituição, evidenciada pela quebra de um compromisso entre trabalhador-patrão.

Isto porque desde sua instalação a FACIT apresentava um discurso pautado na perspectiva de agir pelo “Bem-Estar do Homem” apresentando para isto um programa de assistência que tinha como foco 8 pontos principais: Alimentação em parte subsidiada pela empresa; Ambulatório médico montado, com o fornecimento de medicamentos de primeira necessidade; Fornecimento de uniformes; Bolsas de estudo e possibilidade de treinamento em empresas fornecedoras; Condução para alguns turnos; Manutenção de parte dos custos do “Spot Clube FACIT” através da doação da sucata da fábrica; Financiamento de moradia; Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (Jornal Diário Mercantil, 13 e 14/10/1961).

As formas de assistência prestadas pela empresa foram se modificando ao longo do tempo, em virtude, entre outros elementos, da própria legislação trabalhista que fez com que parte do que era considerado ação de assistência por parte dos empresários se tornasse direito do/a trabalhador/a. No entanto ainda assim, é importante destacar esta dimensão da FACIT como uma empresa que se fundamenta no “Bem-Estar do Homem” como relevante à esta história, como um elemento que pode ajudar a desvendar um tipo de discurso recorrente sobre a antiga FACIT como melhor local de trabalho possível ao/a trabalhador/a:

ninguém queria deixar de trabalhar lá, e também não mandavam as pessoas embora, era o melhor emprego da cidade [...] se a gente chegava nos lugares e falava que trabalhava lá era tratado feito gente importante, pegavam até cadeira para você sentar

Biografias que dão origem a uma identidade decisivamente formada a partir da história de trabalho, isto também porque muitas pessoas tiveram ali seu primeiro emprego, ou não tinham nenhuma experiência no setor metalúrgico até trabalhar lá. Os relatos voltam-se a possibilidade de ali se formar a partir do trabalho, fazendo com que quando o processo de

falência e fechamento da fábrica é desencadeado, a construção das narrativas se volte para este momento como seriamente agravado devido a ruptura de uma relação de lealdade estabelecida. Antes mesmo das demissões o processo de decadência vai ser expresso pelo que se percebe no campo da relação da empresa com o/a trabalhador/a, a citar o das festividades:

na primeira festa de final de ano sob o comando da Sharp, a cesta de natal era o anúncio do fim...tava ali para quem quisesse ver, eu sabia naquele momento, quando vi a cesta pequena, que uma pessoa podia levar com um dedo que a FACIT ia fechar olhei para os meus amigos e disse: já era, a Sharp vai acabar com a gente (João-Trabalhador da FACIT)

Esta percepção do processo se fundamenta segundo os/as trabalhadores/as pelo clima que se instala na fábrica com pressões para demissões voluntárias e instabilidade frente a estratégia de abandono da empresa pelo grupo responsável, que “alegava a impossibilidade de manter as portas abertas, em função da falta de lucro de seus produtos”, o processo de falência da FACIT estava desta forma anunciado, sendo esta, segundo relato de sindicalista que acompanhou o processo na época, a melhor opção para o capitalista, que no caso queria mudar de ramo e apagar sua ligação com os produtos produzidos pela empresa em questão.

Os/as trabalhadores/as que permaneceram na fábrica resistindo às pressões se uniram ao sindicato da categoria e partiram para o processo de negociação da autogestão. A história que se desenrola a partir daí, é similar a das outras experiências, se manifestando a partir de um enredo de dificuldades, que vai desde a obsolescência do capital fixo “herdado” do sistema capitalista, até a falta de preparo dos/as trabalhadores/as, da sociedade e do mercado para apostar nesta perspectiva.

O processo de autogestão foi conduzido pelo sindicato, e em todas as falas do grupo que estava a frente o entrave se manifesta principalmente através da forte cultura de que é preciso ter carteira assinada. Os/as trabalhadores se envolveram no processo, mas não concebiam não manter os benefícios que detinham anteriormente como fundo de garantia, férias e, até o próprio registro em carteira.

como assim se pega 700 trabalhadores e vira para eles e simplesmente os transformam em donos da fábrica?. Era preciso fazer uma discussão com os trabalhadores mas não houve esse tempo nem experiência para fazer esse debate. Ninguém poderia continuar tendo vínculo empregatício com recolhimento de INSS, fundo de garantia, etc. O BNDES entregou o dinheiro para os trabalhadores comprarem a empresa, mas esse dinheiro não chegou nas nossas mãos e quem era o dono do abacaxi saiu com ‘o mamão com açúcar’ na mão e eu que não tinha nada haver, passei a herdar o abacaxi que eram os trabalhadores, pois tinha que ser discutido com eles a autogestão (João César – Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora)

É importante ressaltar que no Brasil naquele momento várias outras empresas passavam por processos de falência e começavam a ver na autogestão uma possibilidade de

manter os empregos, o conhecimento sobre esta possibilidade, no entanto, estava muito experimental as coisas estavam acontecendo,

ninguém tinha uma experiência de vida para poder comandar,nós erramos sim,hoje agente tem esse conceito do que é autogestão. Até então os trabalhadores no Brasil, conheciam os seus trabalhos e não sabiam de mais nada pois as informações sobre a empresa não era permitido aos trabalhadores. De repente o trabalhador teve que ter uma mudança de atitude,de vida,de tudo (João César- Liderança sindical)

quando agente começou a autogestão tinha apenas 368 pessoas porque o restante ficou muito assustado com a idéia de virar dono do negócio e com as dívidas. Nos montamos uma equipe para conversa com os fornecedores,nos certificamos politicamente que não poderia fechar a empresa e que os bancos não poderiam entrar lá para tirar nenhum equipamento. A idéia da autogestão,a experiência foi muito saudável para agente,nos chegamos a ser referência no Brasil por conseguir organizar a classe trabalhadora, buscando uma negociação com todos os fornecedores (Papa).

De certa forma a FACIT continua em funcionamento, muito longe de contar com o número expressivo de trabalhadores/as que iniciaram a experiência em meados da década de 90, existe um pequeno grupo que ainda utiliza o seu maquinário e continua produzindo mimeógrafos que são vendidos, por exemplo, às prefeituras e escolas rurais, sendo uma das empresas autogestionária em funcionamento a mais tempo no Brasil. O que significa que os/as trabalhadores/as, ou alguns/as deles/as, estão vivenciando uma trajetória profissional de pelo menos duas décadas em autogestão.

Cabe ressaltar que o atual momento parece associar-se a uma posição periférica, de informalidade, também dentro do movimento. Não há registros de seu atual funcionamento na Anteag, ou outra instituição de representação. A produção é feita em outro espaço com número bastante restrito de trabalhadores/as e, aparentemente, houve um retrocesso na autogestão, dada a impressão inicial de que há centralização da gestão do trabalho e das informações dentro da FACIT.

Em muitas outras dimensões esta história vai sendo contada e organizada a partir de pesquisa de doutoramento que tem esta experiência como tema. Mas no âmbito deste trabalho, este relato já nos permite visualizar como o passado vai servir de matriz para pensar o futuro ainda que em outros termos. A autogestão aqui representa a reação a uma situação, mas também uma recorrente ansiedade com relação ao que pode acontecer, o que segundo Senett (2008), aumenta quando as experiências passadas parecem não servir de guia para o presente”.

Ainda segundo Senett (2008) o que estas experiências revelam é que operacionalmente tudo é muito claro; emocionalmente muito ilegível, uma vez que a reação dos trabalhadores e o próprio processo de autogestão fogem a um repertório anterior

relacionado a vida no trabalho. Ainda que represente uma reação frente ao desemprego e a possível permanência no mesmo local de trabalho, a mudança da condição de operário para patrão não evoca a nenhuma narrativa óbvia, instantânea. Por isto acreditamos que deva ser melhor estudada. Para além dos contornos das experiências em si, a formação de narrativas sobre elas e as narrativas de trabalho que ajudam a formar.

4. Apontamentos sobre as trajetórias das empresas recuperadas

Cabe lembrar que as experiências de cooperativas de resistência não foram desenvolvidas numa conjuntura de ascensão das lutas dos/as trabalhadores/as. Pelo contrário, a situação desde o início dos anos 1990 é a de um profundo descenso dos conflitos. A vaga de lutas sociais autônomas desencadeadas a partir do final dos anos 1970 já estava praticamente assimilada pelo patronato e enquadrada pelas organizações políticas e sindicais desde o final dos anos 1980.

Frente ao avanço conservador e às políticas de ajuste neoliberais aplicadas vorazmente nos países periféricos, cujos impactos sociais mais imediatos fizeram-se sentir na desestruturação do mercado de trabalho, a classe trabalhadora encontrava-se numa posição defensiva. E o fato de ser este processo de recuperação de empresas realizado sem um quadro geral de lutas sociais circunscreve na origem o isolamento dessas experiências, sem poderem por isso contar, a não ser esporadicamente (ou através da mediação das estruturas sindicais), com a solidariedade ativa dos/as trabalhadores/as das demais empresas.

Além disso, sendo um momento de refluxo das lutas, os processos de conquista das empresas falidas tiveram que ser desenvolvidos, em grande parte, sem o rompimento com a legislação vigente, requerendo a instauração de processos negociais que se efetivam em instituições que os/as trabalhadores/as não conhecem nem dominam. É desde então que as mediações interpõem-se e mais facilmente opera-se a transposição para um quadro em que os gestores assumem o protagonismo, que voltam como eleitos para ocuparem os postos de comando das fábricas recuperadas. Nestes casos, a autogestão perde o sentido de um processo de criação e desenvolvimento de relações sociais novas para se cristalizar na forma de propriedade dos meios de produção.

Até o final dos anos 1990, os processos de recuperação das empresas falidas com a transferência da propriedade para os/as trabalhadores/as apresentavam algumas características gerais comuns, apontadas em diferentes estudos de caso e trabalhos de pesquisa. Destacamos as seguintes:

- a quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos frutos de um processo de sucessão familiar mal-sucedido; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de cinquenta anos; via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum aos/as trabalhadores/as a vivência com longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos; na iminência do encerramento das atividades, os/as trabalhadores/as mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas e, neste momento, surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;
- nas experiências de fábricas recuperadas, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos/as trabalhadores/as, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também co-responsável na gestão dessas empresas sob o controle dos/as trabalhadores/as; pode ocorrer de os/as trabalhadores/as abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;
- na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização da forma cooperativista, na ausência de um marco legal que reconheça as especificidades deste fenômeno recente no Brasil; atualmente, podem ser também sociedades anônimas ou limitadas etc.; é comum verificarmos a utilização do termo autogestão, que pretende abranger tanto as alterações verificadas na forma de propriedade das empresas como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma gestão da cooperativa;
- o reinício das atividades, no entanto, mantém geralmente os/as trabalhadores/as no interior dos lugares determinados pela divisão do trabalho, para laborarem agora num quadro em que a propriedade da empresa é coletiva e detida pelo conjunto dos/as associados/as da cooperativa; essa situação nova, por certo que impacta na motivação dos/as trabalhadores/as, pelo menos por certo período, e os/as torna mais inclinados/as para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo; isto significa que, nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada ou mesmo a flexibilização da massa salarial para

acompanhar as oscilações do mercado. Em outras palavras, na impossibilidade eventual de um investimento em novas tecnologias, essas empresas podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta para a realização dos seus processos econômicos.

Embora a autogestão não tenha sido o motivo principal que levou os/as trabalhadores/as para moverem-se na luta pela recuperação das empresas em crise, tanto os processos organizativos para resistirem ao desemprego como no processo de reabertura e reabertura das unidades produtivas tem possibilitado muito mais do que a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores. Para além da forma de propriedade, é outra perspectiva de organização da produção e da vida social que se ensaia em um contexto de crise. Com a recuperação da empresa, os/as trabalhadores recuperam suas trajetórias e identidades profissionais. Na Argentina, a importância atribuída à recuperação da identidade ocupacional foi traduzida por um dos movimentos existentes de fábricas recuperadas através da bandeira: “nos podem fazer perder a condição de empregado, nunca a de trabalhador.”

No que se refere à relação apresentada enquanto objetivo de análise para esta investigação: das trajetórias autogestionárias enquanto estratégia alternativa de luta no interior do modo de produção capitalista, consideramos que já neste universo, das experiências aqui relatadas, ela está comprovadamente constituída.

O impacto destas experiências e sua capacidade de vida a longo prazo têm sido analisados em diferentes pesquisas sobre este fenômeno, mas, cabe ressaltar, que estas ainda concentram-se largamente em estudos de casos específicos, poucas vezes incursionando pela possibilidade de interseção deste campo com a reflexão que ora se desenvolve na Sociologia do Trabalho sobre as Trajetórias e Mobilidade Ocupacionais. As investigações que buscam traçar um panorama mais amplo destas experiências resumem-se (ainda) no Brasil prioritariamente a relatórios de ações públicas ou de projetos que apresentam alguma ação específica junto a estes/as trabalhadores/as e suas experiências.

Esta é uma temática que começa a se apresentar como fundamental para vislumbrar contemporaneamente o alcance desta mobilização de trabalhadores/as no campo da autonomia operária dentro do espaço mais significativo deste modo de produção, o da fábrica. Para nós a autogestão é estratégia real, utopia concreta, que tem mobilizado trabalhadores/as à luta contra as condições de instabilidade e opressão vivenciadas na sociedade capitalista.

5. Referências Bibliográficas

Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005. Brasília, MTE, SENAES, 2006.

- BRUNO, Lúcia. O que é autonomia operária. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERNARDO, J. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- CUT. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. CUT Brasil, 1999.
- DUBOIS, Pierre. Le Sabotage dans l'Industrie. Paris: Calmann-Levy, 1976.
- Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004/ José Ricardo Tauile [et al.]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.
- FARIA, M. S. Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. [Tese de Doutorado em Sociologia Política]. Florianópolis: UFSC, 2005.
- FARIA, M.S., Novaes, H.T; HENRIQUES, F. C.; e FRAGA, L.S. Sobre autogestão e Empresas Recuperadas. Mimeo. 2010.
- GORZ, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (Orgs). Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Trabalho e Sociedade).
- HOBBSAWM, E.J. Era dos Extremos: o breve século XX; 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. A sociedade global. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- KLEIMAN, F. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. São Paulo: Annablume, 2008.
- LOJKINE, J. O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MARGLIN, Stephen A. Origem e função do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões? In.: Crítica da divisão do trabalho. André Gorz [org.]. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARX, K. O Capital. VIII., 5 t. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NASCIMENTO, Janaína Quitério. Fábrica quebrada é fábrica ocupada; Fábrica ocupada é fábrica estatizada: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Março de 2004.
- NASCIMENTO, C. *Do "Beco dos Sapos" aos canaviais de Catende. (Os "ciclos longos" das lutas autogestionárias)*. Brasília, Senaes, abril de 2005. Disponível em: <www.mte.senaes.gov.br>.
- _____. As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias. Rio de Janeiro: Cedac, 1986.
- NOVAES, H. T. O fetiche da tecnologia: a experiência das Fábricas Recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____, _____. De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. Revista Lutas & Resistência, Londrina, nº 2, pp. 84-97, 2007a.
- ODA, N. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: Singer, P./ Souza, A. A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 93-107.
- OFFE, C. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- Programa Trabajo autogestionado: antecedentes y experiencia para sua consideración no âmbito de Mercosul. (Resolución MTEySS 203/04.) Mimeo.
- PEDREIRA FILHO, V. *Comissões de fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- PIAGET, Charles. LIP. Paris: Editions Stock, 1973.
- RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. **Las empresas recuperadas en Argentina**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2005.

RÉBON, J. Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones P.ICA.SO / La Rosa Blindada, 2004.

_____, _____. La empresa de La autonomía: trabajadores recuperando La producción. Buenos Aires: 2007.

SANTOS, B. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SENAES/MTE. *Relatório Nacional – Sistema de Informações em Economia Solidária*. Disponível em: <www.sies.mte.gov.br>, 2007.

SENETT, Richard. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 13.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 204p.

SINGER, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Recuperação de empresas. in.: Revista da Economia Solidária. Brasília: MTE/SENAES – FBB. Ano 1, n.1, Dezembro de 2005.

TRAGTENBERG, M. Reflexões sobre o socialismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

Notas:

ⁱ - Pierre DUBOIS. **Le Sabotage dans l'Industrie**. Paris: Calmann-Levy, 1976. “A sabotagem é, portanto, de início o fruto do sistema capitalista, da apropriação privada dos meios de produção: o operário que não possui mais suas ferramentas perde o respeito que ele atribuía quando elas eram suas. Tem falhado toda a influência socialista para que os trabalhadores readquirissem esse respeito da/pela ferramenta de trabalho: ‘não vamos destruir’ o que possuiremos amanhã. Entretanto, o operário que hoje sabota diz antes de tudo ‘essas máquinas não são minhas, esses produtos não são para mim, esses prédios não são para mim, não estou interessado nos recordes de produção’. A primeira implicação da sabotagem é tornar os patrões cientes do seu estatuto de proprietários. Evidente. Mas evidência a não se esquecer.”(p.181)

ⁱⁱ - Segundo dados do SERASA, o índice de requisição de falências passa de 12.847 em 1991, para o de 48.169 em 1996.

ⁱⁱⁱ - Aproveitamos a expressão de Paul Singer, para quem “A recuperação de empresas pelos trabalhadores é experiência histórica da qual se dispõem registros desde pelo menos o século XIX. No Brasil, eventos desta natureza vêm se multiplicando desde a última década do século passado. Empresas recuperadas pelos trabalhadores são praticamente sempre antigas, com uma alta proporção de empregados velhos, que se encontram na firma há muito tempo. A longa convivência permite que fortes laços de confiança e solidariedade se desenvolvam ente os trabalhadores, reforçados pela participação comum em lutas de classe.” SINGER, Paul. Recuperação de empresas. in.: **Revista da Economia Solidária**. Brasília: MTE/SENAES – FBB. Ano 1, n.1, Dezembro de 2005.

^{iv} - Para um estudo que procura abranger um conjunto dessas experiências brasileiras, ver: **Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas**: relatório final: junho de 2004/ José Ricardo Tauile... [et al.]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

^v Aproveitamos aqui, alguns temas tratados em: FARIA, M.S., Novaes, H.T; HENRIQUES, F. C.; e FRAGA, L.S. Sobre autogestão e Empresas Recuperadas. Mimeo. 2010.

^{vi} A este respeito ver Nadya Araújo Guimarães e Helena Hirata (Orgs). “Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações”. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Trabalho e Sociedade).

^{vii} - Sobre a experiência da CBCA, ver Fantin (1992).;